

CONJUNÇÕES NO PROCESSO ARGUMENTATIVO¹

CONJUNCTIONS IN THE ARGUMENTATIVE PROCESS

Deize Farenzena² e Nilsa Teresinha Reichert Barin³

RESUMO

A argumentação é um recurso que utilizamos tanto na fala quanto na escrita. Através dela, buscamos fazer com que outras pessoas concordem com nossa opinião e, em textos específicos, como a redação de vestibular, colaboramos para a defesa de uma tese em relação a um tema. Nesse contexto, no presente trabalho, o objetivo geral é analisar o papel das conjunções no processo de construção da argumentação em textos dissertativo-argumentativos e, como objetivos específicos, analisar a influência das conjunções que não se apresentam com sentido original, as relações de sentido entre elas e a oração a que pertencem, a adequação do emprego dessas conjunções e as possibilidades intencionais do produtor ao utilizá-las. Para atingir os objetivos propostos, num primeiro momento foi construído o arcabouço teórico sobre o tema, com base, principalmente, nos estudos de Abreu (2000), Cereja e Magalhães (2002), Citelli (1994), Costa Val (1991), Koch (1987, 1997; 1999), Koch e Travaglia (1989, 2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), entre outros. Posteriormente, foram delimitadas as conjunções a serem analisadas, definindo como mais coerentes para esta análise o E e MAS, pois são conjunções de grande ocorrência em textos dissertativo-argumentativos. A seguir, foi realizada a seleção de forma aleatória do corpus do trabalho, ou seja, os textos da prova de redação do Concurso Vestibular 1/2006 do Centro Universitário Franciscano, em que foram destacadas as conjunções selecionadas e realizada a análise e discussão do seu emprego. Assim, neste trabalho, com os estudos acerca da construção da argumentação e do uso e sentido das conjunções, tivemos o objetivo de colaborar com estudos futuros, a fim de que tanto professores quanto alunos possam discutir possibilidades de construção de textos argumentativos com o auxílio das conjunções.

Palavras-chave: ensino, conjunção, argumentação.

¹ Monografia de Especialização - UNIFRA.

² Aluna do Curso de Especialização em Língua Portuguesa -UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

ABSTRACT

The argumentation is a mechanisms that we use in both speaking and writing language: through this we try to persuade people in order to make them agree with our opinions and, in specific texts, to construct a solid argumentation in defense to a specif theme. Thus, in general terms, this paper aims to analyse the conjunctions' function in the process of the argumentation building inside argumentative-dissertative texts. The specific purpose of this work is: to analyse the conjunctions' influence that are not in its original meaning; to verify the relations of meaning between them and for which sentence they belong; to inquire the adequate use of these conjunctions and the real intensions of the producer when using them. In order to achieve these objectives, firstly we construct a theoretical framework based, essentially, on authors like Abreu (2000), Cereja & Magalhães (2002), Citelli (1994), Costa Val (1991), Koch (1987, 1997, 1999), Koch & Travaglia (1989, 2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), among others. Secondly the conjunctions to be analysed had been delimited, defining as more coherent for this analysis the conjunction E (and) and MAS (but), because these conjunctions are more frequently in argumentative-dissertative texts. After this we randomly selected the corpus of this article, that is, texts from Centro Universitário Franciscano's examination test 1/2006, in which we highlight the conjunctions (E and MAS), analyse and discuss its use. It is important to mention that even though in some sentences the meaning of these conjunctions was not in the right form, we verify that it did not change the meaning of the sentences. Although in a few ones the comprehension became a little more difficult, it was reached in all the constructions. Thus, this work tried to increase the studies about the argumentation construction and the conjunction's use and meaning. Moreover it intended to help future studies in this area. In doing so, both teachers and pupils can discuss possibilities of argumentation text constructions using conjunctions to help them.

Key words: *teaching, conjunction, argumentation.*

INTRODUÇÃO

As pesquisas em torno da conjunção e de seu papel na construção da argumentação em texto vêm se destacando, pois, assim como outros aspectos lingüísticos referentes às questões gramaticais, são parâmetros para estudos lingüísticos.

Em busca de esclarecimentos sobre a construção da argumentação em textos dissertativo-argumentativos, em especial nas redações de vestibular, discutiremos, neste trabalho, uma questão fundamental para o sucesso da

redação: o emprego das conjunções como recurso argumentativo. Assim, será feita uma análise do aspecto semântico das conjunções nos textos, avaliando, principalmente, o seu papel na constituição dos argumentos utilizados para defesa da tese que o aluno-candidato organizou em relação ao tema proposto na questão da prova. Esse pode ser considerado o objetivo geral do trabalho.

Como objetivos específicos, buscaremos discutir as relações de sentido existentes entre as conjunções utilizadas e a oração a que pertencem e, conseqüentemente, observar se o emprego dessas conjunções é adequado ao momento em que estão sendo utilizadas na oração; avaliar as possibilidades intencionais do candidato ao empregar tal conjunção em determinada estrutura.

Assim, neste trabalho, discutiremos acerca da utilização da conjunção em textos argumentativos para que, ao se depararem com esse tipo de texto, tanto os profissionais que precisam ensinar quanto os alunos que precisam construir a redação de vestibular tenham mais uma possibilidade teórico-aplicada para suas pesquisas. Esta também procura ser tentativa de esclarecimento de possíveis lacunas acerca do tema, pois as conjunções ainda são apresentadas aos alunos como apenas conectores de orações, tendo seu sentido e valor na sentença e, em conseqüência, no texto, só levado em consideração quando as orações coordenadas e subordinadas estão sendo trabalhadas; no resto, o sentido e o papel argumentativo desses operadores são ignorados, pois, na maioria dos casos, apenas as informações são consideradas como argumentos, não destacando, por exemplo, a presença de operadores argumentativos.

Com esse esclarecimento, tanto aluno quanto professor poderão tornar o processo de construção do texto argumentativo mais simples, ao utilizar as conjunções no momento adequado e com sentido definido, permitindo que o seu emprego correto dê mais clareza às idéias que são defendidas com o auxílio das conjunções.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Coerência

Para que um texto se caracterize como tal, os elementos que o constituem devem estar inter-relacionados, formando sentido para o leitor. Essa formação de sentido só é possível através da existência de coerência no texto. Diante disso, entendemos por coerência a “configuração conceitual subjacente e responsável pelo sentido do texto” (COSTA VAL, 1991, p. 20). Por isso, a coerência é o fator que permite que um texto tenha sentido para o leitor e não somente para o escritor.

Segundo Koch e Travaglia (2001, p. 21), “para haver coerência é

preciso que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos”. Essa relação não se dá, necessariamente, apenas por meios lingüísticos, ela também ocorre através de meios cognitivos, conceituais, ou seja, ela é de cunho tanto semântico quanto pragmático.

Para Costa Val (1991, p. 5), a coerência do texto deriva de sua lógica interna constituída de conceitos e relações consideradas pelo texto mais o conhecimento de mundo do leitor, que completa a mensagem que o texto busca transmitir. Portanto, para que o texto seja coerente e com sentido completo tanto para o escritor quanto para o receptor deve haver um conhecimento partilhado pelo produtor e receptor do texto daquilo a que o texto se refere (KOCH; TRAVAGLIA, 2001, p. 16), ou seja, o texto só será coerente se estiver dentro do contexto do leitor, caso contrário, o texto poderá ter coerência interna, mas não externa, ou seja, ter sua estrutura perfeita, mas não ter sentido, não transmitir mensagem alguma para o leitor.

Para Koch e Travaglia (2001, p. 45),

a coerência faz com que uma seqüência lingüística qualquer seja vista como um texto, porque é a coerência através de vários fatores que permite estabelecer relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos da seqüência (morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos, etc.), permitindo construí-la e percebê-la na recepção, como uma unidade significativa global.

Pelo fato de a coerência ser um fator global do texto, outro fator que influencia na sua construção é a existência de uma seqüência temporal lógica que permita que enunciados tenham continuidade de sentido e não sejam apenas uma mistura de informações desconexas referentes a temas diversos. Dessa forma, pode-se dizer que a existência da coerência é relativa ao contexto em que estão inseridos produtor – texto – leitor, sendo responsável pela compreensão do texto.

Além da coerência, outro fator importante na construção de um texto é a coesão, que será discutida a seguir.

Coesão

“Um texto não é apenas uma soma ou seqüência de frases isoladas” (KOCH, 1999, p. 16). Com base nessa afirmação, entendemos que um texto deve apresentar interligação entre seus elementos. Um meio de construir essa interligação é a utilização de elementos coesivos, ou seja,

elementos que facilitam a leitura e a compreensão do texto por parte do leitor. Também esses elementos, chamados conectivos, ligam orações e até parágrafos, fazendo com que o texto se assemelhe a uma “teia de aranha”, onde todas as frases e parágrafos estão interligados de alguma forma.

Para Koch (1999, p. 16 e 17), a coesão textual é um fenômeno que se dá por meio de mecanismos que permitem a costura do texto, sendo que os recursos utilizados para que haja coesão são elementos da língua que têm por função estabelecer relações textuais. Segundo a autora, apenas a coesão não gera textos com sentido, porém, quando existirem os elementos lingüísticos, o texto ganha maior clareza, legibilidade, podendo explicitar os tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compõem. Assim, podemos afirmar que o conceito de coesão textual “diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (KOCH, 1999, p. 19).

A coesão é interna, ou seja, responsável pela interligação sintática do texto, não sendo responsável pela compreensão do texto e ocorre através de elementos lingüísticos explicitamente marcados no texto.

Segundo Halliday e Hasan, *apud* Koch e Travaglia (1989, p. 13),

a coesão é a relação semântica entre um elemento do texto e um outro elemento que é crucial para a sua interpretação. A coesão é, então, a ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam o modo como as frases ou parte delas se combinam para assegurar um desenvolvimento proposicional.

Para esses autores, o conceito de coesão está intimamente ligado às relações de sentido existentes no interior do texto, ou seja, à idéia de que seus elementos dependem uns dos outros para darem sentido ao texto.

Para Koch e Travaglia (1989, p. 13), a coesão é

explicitamente revelada através de marcas lingüísticas, índices formais na estrutura da seqüência lingüística e superficial do texto, sendo, portanto, de caráter linear, já que se manifesta na organização seqüencial do texto. É nitidamente sintática e gramatical, mas também semântica.

Na visão desses autores, podemos perceber que fatores como a mudança de classe gramatical sofrida por algumas palavras ou a alteração de sentido aplicada a outras podem não afetar a absorção do sentido do texto pelo leitor, quando utilizadas como um recurso que colabore para a clareza das idéias nele contidas. Já se o contrário ocorrer, ou seja, se algum elemento for utilizado inadequadamente pode comprometer o sentido local

em que tal elemento está empregado.

Segundo Citelli (1994, p. 35),

existe um conjunto de enunciados que se ligam por determinadas regras sintáticas, por leis semânticas, postas segundo ordens de necessidade e presas à lógica dos antecedentes e conseqüentes, das causas e efeitos, das finalidades, das oposições.

Neste plano de encadeamento, romper com a lógica que preside a ligação dos enunciados pode vir significar o comprometimento do todo que deseja veicular. Numa formulação simples, podemos dizer que muito do processo de coesão nasce do fato de um enunciado A projetar em B determinados sentidos.

Então, podemos dizer que os elementos lingüísticos responsáveis pela coesão textual também são importantes para a existência de coerência no texto, pois o uso inadequado de um elemento coesivo pode comprometer o sentido da frase a que pertence e pode afetar também o sentido das outras frases que dela dependem no sentido total do parágrafo.

Para Costa Val (1991, p. 6), a coesão é a manifestação lingüística da coerência e é formada por mecanismos lexicais e gramaticais responsáveis pela unidade formal do texto.

Nesse contexto, salientamos que os mecanismos gramaticais são recursos que “expressam relações não só entre os elementos no interior de uma frase, mas também entre frases e seqüências de frases dentro de um texto” (p. 6), sendo formados pelas conjunções, pronomes anafóricos, artigos, elipse, concordância, correlação entre tempos verbais e lexicais que são formados através da reiteração, substituição e associação.

Para Costa Val (1991, p. 10), os recursos coesivos também devem obedecer a padrões prévios, “caso contrário seu emprego será percebido como “infração textual”, tornando “irregular” a seqüência em que ocorrem”. Esses mecanismos de coesão colaboram para a eficiência do discurso, tornando a superfície textual estável e econômica, sem impedir a continuidade e progressão das idéias expressas no texto.

Segundo Koch (1999), há duas grandes modalidades de coesão: a referencial e a seqüencial.

A coesão referencial, para Koch (1999, p. 30), é “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual. Ao primeiro, denominamos forma referencial ou remissa e ao segundo, elemento de referência ou referente textual”.

A remissão, conforme a autora, pode ser feita através de anáfora (de trás para frente) ou catáfora (de frente para trás).

Para a mesma autora, como as principais formas de remissão, temos: as formas **remissivas referenciais** que se caracterizam por fornecerem

grande número de casos, concordância e fazem referência a algo no mundo extralingüístico, são formados por nomes genéricos, hiperônimos, sinônimos; e as formas **remissas não referenciais** apenas oferecem ao leitor/ouvinte instruções de conexão, sendo que esta forma pode ser subdividida em presas e livres. As presas “são as que acompanham um nome, antecedendo-o também ao(s) modificador(es) anteposto(s) ao nome dentro do grupo nominal” (p. 33). Exercem a função, em linhas gerais, de determinante. Já as formas não-referenciais livres têm função pronominal dentro da oração.

Já a coesão seqüencial ou seqüenciação, segundo Koch (1999, p.49), é aquela que, na progressão do texto, estabelece relações semânticas e/ou pragmáticas por meio de procedimentos lingüísticos entre segmentos do texto.

Essa modalidade de coesão é subdividida em dois grupos: a seqüenciação parafrástica e a frástica.

A seqüenciação parafrástica ocorre através da recorrência de termos ou recursos que busquem a progressão do texto de forma sutil e não repetitiva.

Na seqüenciação frástica, como denomina Koch (1999, p. 55), a progressão se faz por meio de sucessivos encadeamentos, formados por marcas lingüísticas entre os enunciados do texto que estabelecem certos tipos de relação, fazendo com que o texto discorra sem “rodeios ou retornos”.

Para a autora, um dos principais mecanismos para que a seqüenciação frástica ocorra é o uso dos conectores de diversos tipos em que se encontram as conjunções, advérbios, entre outros.

Os mecanismos de seqüenciação frástica, segundo Koch (1999, p. 56), garantem a manutenção do tema ao se constituírem em fatores de coesão textual, em estabelecer relações semânticas e/ou pragmáticas entre os segmentos do texto e em ordenar e articular as seqüências textuais.

De acordo com Koch (1999), a seqüenciação frástica é constituída dos seguintes procedimentos:

- ◆ procedimentos de manutenção temática, nos quais “a manutenção do tema é garantida, muitas vezes, pelo uso de termos pertencentes a um mesmo campo lexical”(p. 57), sendo ativado um esquema cognitivo de forma que o leitor/ouvinte interprete o texto, desfazendo possíveis ambigüidades;

- ◆ progressão temática, que é de vital importância, pois devemos observar o modo como esta progressão opera dentro do texto, ou seja, como o tema é desenvolvido dentro do texto e de que forma se relaciona

ao contexto;

◆ encadeamento que “permite estabelecer relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou seqüências maiores do texto. Pode ser obtido por justaposição ou por conexão” (p. 60).

A justaposição pode ocorrer com ou sem partículas seqüenciadoras, sendo que, quando ocorre sem partículas seqüenciadoras, caberá ao leitor construir a coerência textual, já a justaposição com partículas estabelece um seqüenciamento coesivo entre porções maiores ou menores da superfície textual. Essas partículas, de acordo com Koch (1999), operam em diversos níveis:

→ metanível ou nível dos enunciados metacomunicativos, em que funcionam como sinais demarcatórios e/ou sumarizadores de partes ou seqüências textuais;

→ marcadores de situação ou ordenação no tempo e/ou espaço, que podem funcionar como demarcadores de episódios na narrativa, segmentos de uma descrição ou indicadores de ordenação textual;

→ marcadores conversacionais, principalmente os que assinalam introdução, mudança ou quebra de tópico.

Já a conexão, constituída de conectores interfrásticos, é responsável pelo tipo de encadeamento denominado conexão ou junção. Esse tipo de encadeamento se dá através de conjunções, advérbios sentenciais, e outras palavras ou expressões de ligação que estabelecem, entre orações, enunciados ou parte do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas.

Relações lógico-semânticas: são estabelecidas por conectores ou jutores do tipo lógico⁴. Assim, temos:

→ relação de condicionalidade: expressa-se pela conexão de duas orações, uma introduzida pelo conector **se** ou similar e outra por **então**, que geralmente vem implícita. Destacamos aqui que, no momento em que o antecedente for verdadeiro, o conseqüente também será;

→ relação de causalidade: e expressa pela conexão de duas orações, sendo que uma oração traz a causa que acarreta a conseqüência contida na outra;

→ relação de mediação: exprime-se por intermédio de duas orações, numa das quais se explicitam o(s) meio(s) para atingir um fim expresso na outra;

→ Relação de disjunção: pode ser do tipo lógico ou discursivo e se

⁴ Chama-se lógico pelo fato desses conectores se aproximarem dos operadores lógicos existentes na língua, seguindo, porém, a lógica da língua natural.

expressa através do conectivo, tendo ora valor exclusivo, ora inclusivo;

→ relação de temporalidade: através da conexão entre duas orações, por determinadas expressões, podemos localizá-las no tempo;

→ relação de conformidade: expressa pela conexão de duas orações em que a conformidade do conteúdo é mostrada de uma com algo asseverado na outra (p. 64);

→ relação de modo: é expresso em uma oração o modo como se realizou a ação contida na outra.

Relações discursivas ou argumentativas: “os encadeamentos do tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto” (KOCH, 1999, p. 65). Os conectores que fazem este papel são responsáveis pelos encadeamentos entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e até mesmo entre parágrafos. Destacam-se, conforme Koch (1999):

→ conjunção: liga enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão, é dada por meio de operadores como *e, também, não só...mas também, tanto...como, entre outros*;

→ disjunção argumentativa: trata-se da disjunção de enunciados que possui orientação discursiva diferente e resulta de dois atos de fala distintos, em que o segundo procura provocar o leitor/ouvinte para levá-lo a modificar sua opinião ou, simplesmente, aceitar a opinião expressa no primeiro;

→ contrajunção: através dela se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador *mas (porém, contudo, todavia, etc.)*. Segundo Ducrot (1980), apud Koch (1999, p. 66), “o operador MAS pode exprimir um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos, ainda que implícitos, quando orientados em sentidos contrários”. Explicitação ou justificativa: desencadeia-se sobre um ato de fala outro que justifica o anterior;

→ comprovação: um novo ato de fala comprova o que foi dito no primeiro;

→ conclusão: “em que, por meio de operadores como *portanto, logo, por conseguinte, pois, etc.*, introduzimos um enunciado de valor conclusivo em relação a dois (ou mais) atos de fala anteriores que contêm as premissas, uma das quais, geralmente, permanece implícita, por tratar-se de algo que é voz geral, de consenso em dada cultura, ou então, verdade universalmente aceita” (p. 67);

→ comparação: expressa por meio de operadores que estabelecem

entre um termo e outro uma relação de inferioridade, superioridade ou igualdade;

→ generalização/extensão: o segundo enunciado exprime uma generalização de fato contido no primeiro ou uma amplificação da idéia nele expressa;

→ especificação/exemplificação: o segundo enunciado particulariza e/ou exemplifica uma declaração de ordem mais geral apresentada no primeiro;

→ contraste: o segundo enunciado apresenta uma declaração que contrasta com a do primeiro, produzindo um efeito retórico”;

→ correção/redefinição: quando, através de um segundo enunciado, corrigimos, suspendemos ou redefinimos o conteúdo do primeiro, atenuamos ou reforçamos o comprometimento com a verdade do que nele foi veiculado ou, ainda, questionamos a própria legitimidade de sua anúnciação (p. 69).

Esses mecanismos de coesão permitem que o texto fique mais claro, que sua interpretação se torne mais fácil e colabora na construção da coerência. A má utilização, porém, de um desses mecanismos pode gerar um texto incoerente em nível local ou até mesmo comprometer todo o sentido do texto.

Nos textos, em especial, os dissertativo-argumentativos, além da presença da coerência e coesão, é importante a presença da argumentação, fator que os denomina como tal. Esse fator será discutido a seguir.

Argumentação

A redação de vestibular, por ser um texto dissertativo-argumentativo, exige que o candidato defenda uma tese relacionada a um tema de forma que a banca avaliadora considere seus argumentos, considerando-os suficientes para que a tese seja defendida com êxito.

Para que a tese esteja bem fundamentada, é necessário que haja boa argumentação. Assim, para Citelli (1994), a argumentação é o procedimento que torna a tese aceitável. É através da apresentação de argumentos e sua comprovação que o convencimento e persuasão terão mais força para atingir os interlocutores em seus objetivos, visões de mundo, vontades.

Nesse contexto, o aluno vestibulando deverá ter bem claro que a banca avaliadora, para quem está sendo escrita a redação, possui conhecimento de mundo suficiente para reconhecer possíveis falhas e também conhecimentos lingüísticos abrangentes para analisar, criticar detalhadamente, o texto. Levando isso em consideração, o aluno deverá

construir um texto, utilizando seus conhecimentos lingüísticos, com base nas normas da língua padrão, em que a coerência e coesão sejam observadas, utilizando seus conhecimentos de mundo para argumentar a favor ou contra um determinado problema proposto pela prova.

Assim, segundo Abreu (2000, p. 10), “argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. É também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e constitutivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro”. Para o autor, o mais importante no processo de argumentar não são as informações em si, mas o ato de transformá-las em conhecimento.

Nesse contexto, buscando transformar seus conhecimentos a respeito do tema proposto pela prova de redação em argumentos favoráveis à sua tese, de modo que eles colaborem na construção das idéias sem que alterem o sentido do texto, é que os argumentos utilizados devem ser escolhidos detalhadamente de forma a não fugirem do tema e, ainda assim, conduzirem a banca avaliadora à conclusão desejada.

Em conformidade com Abreu (2000, p. 25),

argumentar é a arte de convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa VENCER JUNTO COM O OUTRO (com + vencer) e não CONTRA o outro. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro [...]. Convencer é construir algo no campo das idéias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir.

A redação, então, deverá buscar o gerenciamento das informações transmitidas, de modo que a adesão da banca deverá ser conseguida através do raciocínio lógico na defesa da tese, sendo imprescindível o uso de argumentos coerentes com o tema da prova, sem deixar de trabalhar com as emoções para, assim, conseguir convencer e persuadir os avaliadores.

Nesses termos, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2000, p. 50), o objetivo da argumentação é aumentar a adesão à tese que se apresenta, tornando-se eficaz no momento em que se consegue desencadear, no ouvinte [leitor], uma disposição para a ação pretendida na tese. Deve-se ressaltar também que, na construção de um texto dissertativo-argumentativo, o escritor, inconscientemente, estará trabalhando com a sua própria opinião e não apenas com argumentos retirados do contexto. Em nenhum momento, a opinião deverá ser contrária à tese que está apresentando, pois o texto acabará incoerente e os argumentos perderão a veracidade ou, pelo menos, a força que deveriam ter para que a argumentação fosse válida e consistente.

Para Koch (1987), ao produzir um determinado discurso, o escritor busca se fixar como EU no contexto em que está inserido e no texto que está produzindo, sendo que esse vem dotado de intencionalidade, de modo que, ao resgatar/expor seus valores, busca a adesão daqueles que estão interagindo com seu texto para que, como autor, obtenha alguma reação. Esse processo de orientar o discurso para determinadas conclusões completa o ato lingüístico por trazer implícito uma ideologia.

Assim, para Citelli (1994, p. 17), nos trabalhos dissertativo-argumentativos, um dos aspectos que asseguram a unidade do texto é a presença do ponto de vista nas concepções apresentadas, o que torna o texto mais verossímil e, se bem trabalhado, consegue a adesão do leitor.

Também é imprescindível destacar que, além do ponto de vista do autor, há outros fatores que influenciam uma boa argumentação. Guimarães (*in* AZEVEDO, 2000, p. 27) destaca que o valor argumentativo de uma frase não se dá somente através das informações nela contidas, mas também através de morfemas, expressões ou termos que servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado conduzindo o leitor à direção desejada.

São esses alguns dos elementos lingüísticos que fazem com que a argumentação tenha o caráter de conduzir o leitor à determinada conclusão. Eles são de vital importância e devem estar em harmonia com os outros elementos do parágrafo, pois esses obedecem a regras internas que a língua estabelece para que os discursos tenham seqüência lógica. Esses elementos podem ser conjunções, advérbios, pronomes, alguns sinais de pontuação ou outros elementos que migram de classe gramatical para assumir a função desejada naquele contexto.

Para Koch (1987, p. 104),

existe na gramática de cada língua uma série de morfemas responsáveis exatamente por esse tipo de relação, que funcionam como operadores argumentativos ou discursivos. É importante salientar que se trata, em alguns casos, de morfemas que a gramática tradicional considera como elementos meramente relacionais – conectivos como **mas, porém, embora, já que, pois**, etc., e em outros justamente de vocábulos que segundo a N.G.B. não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais.

Esses elementos é que são responsáveis pela coesão textual e estabelecem determinadas relações entre os elementos que estão ligados com eles, reforçando o sentido da oração, pois como são elementos dotados de sentido, se não utilizados da maneira devida, geram incoerência em nível local.

Segundo Citelli (1994, p. 36),

muitas vezes damos pouca importância a tais elementos. Não deveríamos. Afinal, são eles, [...], os principais responsáveis pelo nível coesivo do texto. Por isso é insuficiente considerá-los apenas como elementos de ligação, como muitas vezes ensina a gramática normativa, sendo preciso entendê-los também enquanto instâncias capazes de produzir significados.

Esses elementos são importantes e devem receber tratamento diferenciado na análise textual, pois são eles que determinam o valor argumentativo de enunciados e fazem com que o texto seja ou não coerente e coeso e, além disso, colaboram para que a observação dos fatos arrolados no texto comprove, com eficiência e clareza, a tese proposta.

Como o objetivo principal dessa pesquisa é analisar a ocorrência de um desses elementos, a conjunção, nos textos dissertativo-argumentativos, é importante ressaltar algumas considerações a respeito desse elemento. Essas considerações serão discutidas na próxima etapa.

As conjunções na Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil possui uma tradição histórica de tomar por base os conceitos de Gramática Normativa quanto ao ensino da estrutura da língua, embora haja outras gramáticas que também tratem da estrutura da língua só que de forma não-normativa. Esses conceitos aparecem em livros didáticos que são utilizados pelas escolas em todas as etapas do ensino de Língua Portuguesa na educação básica. Levando isso em consideração, é que os conceitos aqui apresentados, a respeito das conjunções, são retirados de livros didáticos ou gramáticas normativas da Língua Portuguesa, pois são esses os conceitos que os alunos recebem no processo de aprendizagem da língua e, conseqüentemente, utilizam-nos em seus textos.

De acordo com os conceitos apresentados em livros didáticos, conjunção é a palavra que faz a ligação entre orações e faz com que elas se relacionem entre si, sendo que “as relações que as conjunções estabelecem são um dos fatores para que um texto seja coerente e coeso, e não uma seqüência de palavras ou frases sem sentido” (CEREJA; MAGALHÃES, 2002, p. 221). Elas também relacionam os termos semelhantes ou de mesma classe gramatical da mesma oração.

Por isso, as conjunções são palavras ou expressões que relacionam ou unem duas orações ou dois termos de mesmo valor sintático, apresentando-se divididas em coordenadas e subordinadas, sendo que as primeiras “ligam termos ou orações de mesmo valor sintático, estabelecendo entre eles

certos tipos de relação”, enquanto que as segundas inserem uma oração na outra, estabelecendo entre elas uma relação de dependência sintática, em que uma é a principal e a outra, a subordinada (CEREJA; MAGALHÃES, 2002, p. 221-222).

Tanto conjunções coordenadas quanto subordinadas são classificadas de acordo com a idéia que expressam no momento em que estão sendo utilizadas no texto. Assim, as orações coordenadas podem ser aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas e, segundo Cereja e Magalhães (2002), são assim conceituadas:

Aditivas: ligam palavras ou orações, dando-lhes idéia de soma ou adição. Normalmente fazem esse papel: *e, nem* (=e não), *mas também*.

Adversativas: ligam dois termos ou duas orações, dando-lhes uma idéia de compensação ou de contraste. São representadas, entre outras, por: *mas, porém, contudo, todavia, senão, entretanto, no entanto* etc.

Alternativas: ligam dois termos ou orações de sentido separado, dando idéias de exclusão ou alternância. Algumas delas são: *ou, ou...ou, já...já, ora...ora, quer...quer* etc.

Conclusivas: ligam à oração anterior outra que exprime conclusão. Fazem parte: *logo, pois, portanto, por conseguinte, por isso, assim, de modo que*, etc.

Explicativas: ligam a uma oração outra que a explica. As mais usadas são: *pois, porque, porquanto, que* (=porque).

Já, para os mesmos autores, as conjunções subordinadas “ligam orações sintaticamente dependentes, estabelecendo uma relação de subordinação. Podem ser integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais ou temporais”. Essas não serão destacadas, pois não serão relevantes para a pesquisa.

A partir da conceituação de conjunção, apresentada pelo livro didático, é possível verificar que ela exerce papel de conector dentro das orações, colaborando com a coesão textual, pois, conforme Koch (1999, p. 16-17), um texto não é apenas uma soma de frases isoladas e, sim, uma complementação de uma oração pela outra. Dessa maneira, entendemos por coesão o fenômeno que se dá por meio de mecanismos que permitem que as orações de um texto se inter-relacionem, formando um todo com sentido.

Para essa autora, os recursos de coesão textual são elementos da língua que têm por função estabelecer relações textuais. Ela se dá pela interligação sintática dos elementos do texto. Essa autora acrescenta que, para um texto ser significativo, é necessário que haja, além da coesão, o

mecanismo da coerência que permite ao texto ter sentido para o leitor, por meios lingüísticos, cognitivos e interacionais.

Segundo Koch e Travaglia (2001, p. 11-12), “o juízo de incoerência não depende apenas do modo como se combinam elementos lingüísticos no texto, mas também de conhecimentos prévios sobre o mundo e o tipo de mundo em que o texto se insere, bem como do tipo de texto”. Então, “para haver coerência é preciso que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos” (Idem, p. 21). Isso nos leva a entender que, por mais que um texto esteja com sua estrutura e vocabulário aparentemente bem situados, uma conjunção utilizada de forma inadequada pode gerar incoerência tanto em nível local, ou seja, na oração a que pertence, quanto em nível global, ou seja, altera o sentido de todo o texto.

Também Charolles, (*apud* KOCH, 1999, p. 69), ressalta que

o uso dos mecanismos coesivos tem por função facilitar a interpretação do texto e a construção da coerência pelos usuários. No entanto, seu uso inadequado pode dificultar a compreensão do texto: visto possuírem, por convenção, funções bem específicas, eles não podem ser usados sem respeito a tais convenções. Se isto acontecer, isto é, se seu emprego estiver em desacordo com sua função, o texto parecerá destituído de seqüencialidade, o que dificultará a sua compreensão e, portanto, a construção da coerência pelo leitor/ouvinte.

A partir do exposto, é importante salientar que, por mais que as conjunções estejam incluídas no campo da coesão, elas são importantes para que o texto seja coerente, pois o uso indevido de uma conjunção em uma seqüência pode alterar o sentido da frase, podendo, inclusive, comprometer o sentido do texto.

METODOLOGIA

Para que conseguíssemos atingir os objetivos propostos para a realização do trabalho, foram adotados os procedimentos metodológicos que se seguem, de forma a permitirem que a pesquisa tivesse uma seqüência teórica para a melhor apreciação do objetivo central do trabalho: analisar o uso das conjunções como recurso argumentativo.

Assim, no primeiro momento, foi construído um arcabouço teórico através de uma revisão da bibliografia existente a respeito da coesão, coerência, da argumentação e da conjunção, sendo utilizados, principalmente, os estudos de Abreu (2000); Cereja e Magalhães (2002); Citelli (1994); Costa Val (1991); Koch (1987, 1997, 1999); Koch e

Travaglia (1989, 2001); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), entre outros, que colaboraram para a fundamentação da pesquisa.

Com base na bibliografia selecionada, foram delimitadas as conjunções coordenadas E, MAS e as locuções conjuntivas correspondentes pela sua importância e relevância no processo da construção da argumentação em um texto dissertativo-argumentativo. Outro motivo importante na decisão para análise dessas conjunções foi que elas são consideradas por Macambira (2001) como essenciais estritas, ou seja, qualquer posição na oração não lhes tirará o papel de conjunção, não havendo risco de permuta de classe gramatical.

A segunda etapa da pesquisa constou da seleção do material para análise, elegendo as redações de concurso vestibular como o melhor *corpus* para analisar a ocorrência das conjunções selecionadas, pois esse gênero textual, além de ser dissertativo-argumentativo, exigindo em sua constituição a presença da argumentação, é o gênero que mais se aproxima da realidade dos textos trabalhados em sala de aula, no ensino básico, em especial, no Ensino Médio, por conta da preparação para o vestibular. É interessante destacar que as citações em que aparecem as conjunções analisadas serão transcritas conforme estão nas redações, sem correção nenhuma.

A prova de redação é uma etapa fundamental para o ingresso ao ensino superior. Enquanto as outras provas, que fazem parte do processo de seleção, procuram avaliar o candidato apenas no âmbito do conteúdo programático exigido pela prova, a redação exige que o aluno busque aceitabilidade da banca avaliadora através da produção de um texto dissertativo-argumentativo, no qual o candidato deverá provar que possui habilidades para desenvolvimento de suas idéias e domínio da língua padrão escrita, defendendo um tema proposto pelo concurso, comprovando que está apto a ingressar no Ensino Superior.

Assim, as redações que compõem o *corpus* do trabalho fizeram parte da prova de redação aplicada no Concurso Vestibular do Centro Universitário Franciscano, ocorrido em Janeiro de 2006, na cidade de Santa Maria – RS, prova de caráter classificatório.

De todas as redações produzidas nesse concurso, foram selecionadas, aleatoriamente, vinte redações, para os objetivos propostos nesta pesquisa.

Na terceira etapa da pesquisa, foi feita a análise das conjunções eleitas – E, MAS – que foram utilizadas pelos produtores das redações, através da leitura dos textos, do destaque das conjunções e, por último, da análise minuciosa da utilização dessas conjunções na formação da argumentação

dos textos, de acordo com os objetivos do trabalho. Devemos salientar que, para que a análise não se tornasse demasiado repetitiva, destacamos apenas as ocorrências das conjunções que não possuíam o mesmo sentido que a proposta da Gramática Normativa, pois essas ocorrências são justamente as que podem comprometer o desenvolvimento da argumentação. Também, é relevante dizer que as citações das redações utilizadas para a análise apresentam-se como nos textos originais, sem correções para não alterar a estrutura e o sentido primitivo da oração.

Por fim, foi feita a discussão dos resultados obtidos através da análise e das considerações finais da pesquisa.

ANÁLISE DAS CONJUNÇÕES

O conceito apresentado pela Gramática Normativa das conjunções é formulado a partir da análise de frases isoladas destituídas de contexto e do maior número de ocorrências com o mesmo sentido. Ao analisarmos a ocorrência de uma conjunção em uma oração pertencente a um texto, essa conjunção pode ou não se apresentar de acordo com o conceito da gramática. Ela pode, muitas vezes, assumir um novo sentido de acordo com a exigência da oração em que está empregada.

Segundo Garcia (1969, p. 138), “isoladamente, as palavras nada significam: só representam de fato alguma coisa quando se faz uso delas numa situação global, isto é, num contexto”.

Com isso, ao se analisar, detalhadamente, a ocorrência das conjunções coordenadas E, MAS, em redações de vestibular, é possível percebermos que a real identidade dessas conjunções só é conhecida no todo do texto a que pertencem e nem sempre possuem o mesmo sentido apresentado pela Gramática Normativa.

As conjunções analisadas pertencem a redações de vestibular que são de caráter dissertativo-argumentativo, exigindo do aluno, através da argumentação, a defesa de uma tese relacionada a um tema proposto. A partir disso, torna-se mais instigante a análise dessas conjunções, não no sentido que apresentam no contexto, mas a partir do seu papel na formação dessa argumentação.

O fato de utilizar a argumentação visa a testar a capacidade do aluno-candidato de expor seu ponto de vista na tentativa de torná-lo aceitável perante a banca avaliadora.

Esse processo de construção do texto argumentativo exige que o texto, além de ser convincente, seja de estrutura interna bem formada e fundamentada, coerente, para que a mensagem seja transmitida ao interlocutor de forma clara; e coeso, de forma que os elementos que o

compõem estejam harmoniosamente interligados, permitindo que os parágrafos possuam lógica e seqüência para a maior clareza do texto.

Nesse viés, é interessante destacar, dentre as muitas ocorrências das conjunções selecionadas, aquelas que, por um motivo ou outro, foram nos apresentadas com sentido diferente daquele veiculado pela Gramática Normativa e que, na maioria das vezes, podem comprometer o processo de formação da argumentação.

Análise da conjunção “e”

A conjunção “e”, segundo a Gramática Normativa, é classificada como **aditiva**, fazendo a ligação entre um dado e outro no texto, permitindo, assim, que ocorra a soma de informações.

No entanto, muitas vezes, dependendo do contexto em que está empregada essa conjunção, a classificação aditiva não remete ao real sentido que o “E” possui na oração a que pertence. Isso é comprovado nas seguintes passagens destacadas das redações analisadas:

Exemplo 01: *A história nos dá inúmeros exemplos de guerras, conflitos e desgraças violentas promovidas pelo homem. E isso nos faz refletir muito em relação à necessidade de tudo isso.*

Nesse exemplo, a segunda ocorrência da conjunção “E” não faz papel aditivo, podendo ser classificado como um simples elemento de coesão, porém o texto permite que se possa interpretar como se o aluno-candidato estivesse com a intenção de adicionar uma informação, sendo que essa conjunção poderia ser excluída sem comprometer o sentido do parágrafo em que está inserida, pois sua utilização é desnecessária.

Exemplo 02: *Mas a verdade é, que fatores como, religião, política e desigualdade social, por exemplo, estão deixando cada vez mais mortos e a cada dia que passa, desfalca famílias inteiras...*

Nesse excerto, a ocorrência do “E” permite que ele seja analisado como conclusivo, pois ele não liga informações novas às já ditas e, sim, contribui para a conclusão da idéia inicial do parágrafo. No lugar dessa conjunção, seria pertinente a utilização de termos como “sendo que” ou “desfalcando”, a oração assim ficaria mais objetiva e adequada ao sentido que o autor está tentando transmitir ao leitor.

Exemplo 03: *Isso tudo pode ocorrer devido à ignorância de líderes assassinos e escrupulosos que não pensam em seu povo, e sim em dinheiro e poder...*

Nesse trecho, a ocorrência do “E” possui sentido adversativo, podendo ser substituído pelo “mas” sem alteração do sentido da oração a que pertence. A oração ficaria, porém, mais adequada e clara se o aluno tivesse utilizado a conjunção “mas” no lugar do “e” adversativo, pois a intenção dele seria somar informações e não fazer oposição de informações para ressaltar a idéia central do parágrafo.

Exemplo 04: *A ambição humana vem se alastrando pelo mundo, o dinheiro têm valor maior que os valores humanos, e a paz mundial acaba se tornando algo muito difícil de ser alcançado.*

Nessa passagem, a ocorrência do “E” é analisada como conclusiva, pois contribui para a conclusão da idéia principal exposta pelo parágrafo. A frase poderia ficar mais objetiva se o candidato tivesse, ao invés de querer somar informações com o uso do “E”, utilizado um elemento que fizesse o fechamento da oração.

Exemplo 05: *O que adianta querer paz, e não fazer a mesma...*

Nesse trecho, o “E” apresenta-se como adversativa, pois contrapõe as idéias do parágrafo. Assim, o seu emprego se aproximou da oralidade, porém na língua escrita é mais adequado o uso de uma adversativa original para que a leitura se tornasse mais clara e o texto mais objetivo.

Exemplo 06: *...ele tem o direito de lutar pela paz para que não ocorra cada vez mais mortes e sim um respeito, um entendimento entre as mais diversas culturas mundiais.*

Nessa passagem, a ocorrência do “E” apresenta-se como adversativa, pois do mesmo modo que a anterior, contrapõe idéias dentro do parágrafo. Esse uso da conjunção “E” aproxima-se da oralidade, na qual muitas vezes, se utiliza o “E” no lugar do “MAS”, porém, de modo inadequado à língua escrita.

Exemplo 07: *Como podemos ver nos jornais, na televisão, nas revistas e em vários meios de comunicação a transmissão desses atentados, das guerras, e neste meio quantas pessoas inocentes morrendo...*

Nesse exemplo, ocorrência do “E” aparece com sentido explicativo, com sentido de “ou seja”, “isto é”, reforçando a idéia inicial do parágrafo, deixando a ordem interna do parágrafo um pouco confusa. Seria pertinente, neste momento, o desenvolvimento minucioso da idéia.

Exemplo 08: *Alguns governos por serem poderosos estão pensando que têm o direito de invadirem outros países e começarem guerras entre eles, que é o caso dos Estados Unidos com o Iraque, dizendo estarem no seu direito de vingança pelo atentado de onze de setembro, mas isso não passa de desculpa, há muita ambição por trás disso, e isso pode se refletir no mundo todo e até mesmo gerar uma 3ª guerra mundial.*

Nesse parágrafo, a segunda ocorrência do “E” apresenta-se como conclusiva, fazendo o fecho da idéia central do parágrafo, assumindo o papel de “sendo que” ou termo semelhante ou até mesmo a reformulação da oração com expressões mais pertinentes ao momento.

Exemplo 09: *...causou muitas mortes, instabilidade do Dólar e Real... e por conseqüência aconteceu mais guerras depois desse ataque.*

Nesse trecho, o “E” aparece em sua segunda ocorrência como conclusivo, colaborando para o desfecho da idéia central do parágrafo. Seu uso poderia ser substituído por “conseqüentemente”, deixando a oração mais simples, porém seu uso não comprometeu a estrutura nem o sentido da oração. O aluno, com o objetivo de adicionar informações, acabou por concluir o parágrafo.

Exemplo 10: *...essas pessoas que cometem esses absurdos não são “homens” e sim “animais”.*

Nessa passagem, a ocorrência do “E” apresenta-se como adversativa, fazendo oposição entre duas idéias que orientam a idéia central do parágrafo. Essa ocorrência assemelha-se à oralidade, em que o “MAS” é facilmente trocado pelo “E” sem alteração do sentido nem comprometimento da oração. Nesse caso, a conjunção “E” poderia ser substituída pelo “MAS”, o que deixaria a oração mais direta. Seu uso, no entanto, não compromete o sentido da oração nem a intenção do candidato.

Exemplo 11: *Em um mundo com tantas diferenças de cor, idiomas, ou*

seja, que cada povo tem suas tradições e mesmo assim não são respeitadas essas contradições com muita guerra e sangue.

Nesse frase, a ocorrência do “E” apresenta-se como adversativa, opondo duas idéias dentro do mesmo parágrafo, reforçando a tese inicial do texto, não comprometendo o sentido da oração, nem a intenção do aluno, que era de opor idéias.

Exemplo 12: *Talves assim os povos se unissem e haveria muito mais ao invés de ódio.*

Nessa passagem, a ocorrência do “E” mostra-se como conclusiva, contribuindo para a conclusão do parágrafo e do texto, não alterando o sentido do texto.

Exemplo 13: *Por outro lado, nada justifica a guerra, já que é também da natureza do homem superar e dominar a natureza. E isso, equivale a buscar um equilíbrio.*

Nesse momento, o “E” apresenta-se conclusivo, mesmo deslocado, contribui para que a idéia central do parágrafo possua um desfecho satisfatório.

A partir dessa apreciação da conjunção “E”, nas passagens destacadas, podemos chegar à conclusão de que seu sentido varia de acordo com o contexto em que está empregada, portanto, não se deve analisá-la apenas como aditiva. De acordo com Koch (1987), a conjunção E faz papel de conectivo entre argumentos orientados para a mesma conclusão. Nesses casos citados, os argumentos são orientados para conclusões diversas, apresentando oposição entre dois argumentos, o que busca completar a tese do autor. Quanto ao E com papel explicativo, esse está substituindo uma partícula como “ou seja”, “isto é”, reforçando o argumento através de uma explicação, tornando-o mais claro.

Quanto ao papel conclusivo do conectivo E, este pode ser interpretado como tentativa de finalizar a idéia que estava sendo exposta, sem a necessidade de maiores explicações ou reforço de idéias, o parágrafo por si só já estaria completo.

Análise da conjunção “mas”

A conjunção “mas” é considerada tanto pela gramática normativa quanto por muitos teóricos como conjunção **adversativa** por excelência,

sendo que ela é uma das mais fortes conjunções adversativas, possuindo importante função dentro do processo argumentativo, pois contrapõe argumentos que são orientados para conclusões contrárias.

Assim, segundo Koch (1997, p. 35), ao empregar o “mas”, “o locutor contrapõe enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador **mas** e equivalentes”. O emprego do “mas” nem sempre ocorre de maneira homogênea, prevalecendo o sentido adversativo. Isso é percebido na análise das redações, pois ele assumiu também a identidade conclusiva, podendo ser substituído por “por isso” e aditiva, podendo ser substituído por “E”.

Exemplo 01: *Mas enquanto isso não acontece, os mais fortes batendo e os mais fracos apanhando...*

Nesse excerto, a ocorrência de “mas” aparece como conclusivo, pois ele não contraria/opõe duas informações, mas, sim, proporciona um desfecho à idéia central do parágrafo. Poderia, sem comprometer o sentido da oração ser excluído, pois, por mais que colabore na conclusão do parágrafo, ele é um elemento sem sentido claro na oração. É importante ressaltar que essa ocorrência da conjunção “MAS” assemelha-se com a oralidade, fator esse que permite que a oração seja compreendida sem alteração do sentido.

Exemplo 02: *Não é de hoje, que os povos lutam por seus ideais, disputam terras ou buscam a liberdade, mas é por motivos cada vez mais banais, que precocemente sonhos deixam de ser realizados.*

Nessa frase, “mas” aparece como aditiva, podendo ser substituído por “E”, sem alteração de sentido, deixando a oração mais clara, pois, assim, ela pode confundir o leitor: o aluno, aparentemente, estava tentando somar informações e não contrapô-las.

Exemplo 03: *A guerra do Iraque, o 11 de Setembro, o atentado ao metrô em Londres, são apenas alguns a serem citados em meio a tantos, mas pense na dor e desespero de cada um que ficar sem a família inteira...*

Nessa passagem, a ocorrência do “mas” aparece como aditiva, pois não opõe duas orações e, sim, soma informações, dando continuidade à idéia central do parágrafo.

Exemplo 04: *A paz está em cada um de nós, mas somente dela não*

*adianta, tomar atitude às vezes parece bobagem **mas** cabe a cada um de nós tentar deixar a paz em paz.*

Nesse trecho, a última ocorrência do “mas” se apresenta como aditiva, da mesma forma que as anteriores, somando informações.

Exemplo 05: *Talvez seja difícil de chegar numa conclusão do porquê que ocorrem guerras. **Mas** a verdade é, que fatores como religião, política e desigualdade social...*

Nesse momento, a ocorrência do “mas” aparece como aditiva, pois não opõe informações e, sim, contribui para o desenvolvimento/continuação da idéia central do parágrafo, sendo que sua exclusão poderia acontecer sem alteração de sentido. Neste momento, é possível perceber que o aluno, ao utilizar o “MAS”, buscava contrapor idéias para reforçar a idéia principal, porém as informações trazidas não colaboraram para a contraposição, mas, sim, na adição.

A partir desses exemplos, é possível perceber que, por mais que a conjunção “mas” seja adversativa por excelência, ainda assim, a língua em uso consegue transformá-la em aditiva, substituindo a conjunção “E”. Também é relevante salientar que ainda há dificuldades por parte dos alunos em diferenciar a conjunção “mas” do adjetivo “más” (plural de má), sendo registrado esse conflito em duas passagens de textos diferentes, porém sem a alteração do sentido adversativo: na redação 04, a primeira ocorrência do “mas” aparece acentuada: “Acredito que nossa tão sonhada paz vai ficando cada vez mais distante de nós, **más**, nós fazendo a nossa parte,...”. Na redação 18, o “mas” também aparece acentuado: “O homem tem direito de promover a paz, **más** muitas vezes não consegue...”.

O papel das conjunções na argumentação

Em um texto dissertativo-argumentativo, a presença de conectores como as conjunções são de fundamental importância para que ocorra a argumentação. Conforme Azevedo (2000), o valor argumentativo de um enunciado não se dá através das informações, mas, sim, através de elementos cuja função é orientar o leitor para uma determinada direção. Esses elementos são dotados de sentido e capazes de produzir significados, sendo responsáveis pela orientação argumentativa existente no texto. Dentre os elementos considerados operadores argumentativos, encontram-

se as conjunções que, além de ligarem termos ou orações, conduzem o texto para a defesa da tese proposta.

Dessa forma, a utilização adequada das conjunções faz com que informações sejam trazidas para complementar a idéia principal do parágrafo, do mesmo modo que para complementar a tese do texto. Em alguns momentos, elas podem ter seu sentido alterado, sem alterar o sentido do parágrafo, ou contrariando completamente tudo o que foi dito antes da utilização de determinado conectivo, de forma intencional, para reforçar uma idéia, ou de forma indevida, comprometendo a oração a que pertencem.

Assim, percebemos, através da análise das conjunções de sentido alterado que, mesmo assim, elas não comprometeram o sentido da oração, embora, em alguns momentos, a utilização de alguma conjunção estivesse deslocada, dificultando a compreensão do parágrafo, mas sem impedir que a intenção do autor fosse captada. É possível perceber que, por serem dotados de sentido, esses operadores argumentativos não podem ser utilizados em qualquer lugar na oração, eles devem assumir a posição de conectores e também de orientadores argumentativos, colaboram para a clareza do texto e comprometem o significado, ou pelo menos, a compreensão, se forem utilizados no lugar de outros elementos ou indevidamente.

Quanto às conjunções utilizadas sem alteração do seu sentido original, elas colaboraram com a construção da argumentação, acrescentando informações para o reforço da idéia principal ou, no jogo de idéias, comprovam algo através do contraste de fatos relevantes, dando destaque para aqueles que seguiam a idéia principal exposta na tese.

A partir disso, é possível perceber que a utilização de conectores como as conjunções, em textos dissertativo-argumentativos, fazem com que a argumentação tenha maior relevância, permitindo que o leitor concorde com os argumentos utilizados para a defesa da tese e que o produtor do texto consiga a adesão dos leitores à sua tese e que, através da coerência interna do texto, ele se torne mais claro e objetivo, facilitando a leitura e a captação da intenção do produtor pelo leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois dessa apreciação em torno da utilização das conjunções em textos dissertativo-argumentativos cujo papel é também auxiliar a formação da argumentação, podemos dizer que, ao trabalhar as conjunções apenas como conectores de orações coordenadas ou subordinadas, estamos perdendo de analisá-las como instâncias dotadas de sentido e capazes de produzir significado quando utilizadas no texto.

Ao revisitar a teoria utilizada como base para este trabalho, percebemos que, para obtermos a coerência, é necessária a adequada utilização de conectores, para produzir o sentido desejado. Isso porque, se os conectores não estiverem em sintonia, o sentido da oração poderá sofrer alteração e, assim, comprometer todo o parágrafo e, às vezes, até o texto.

Quanto à obtenção da coesão, esta só se dá se esses operadores existirem, pois ela ocorre em nível sintático, podendo alterar a semântica do texto, se forem utilizados indevidamente. A utilização de elementos coesivos desencadeia todo um processo de relações dentro do texto, que só é possível, quando existirem esses elementos, sendo que eles, além disso, também são responsáveis por outros processos, como a argumentação, por exemplo.

A argumentação é o processo que torna a tese, que está proposta no texto, aceitável, através da adesão do leitor ao texto mais as informações veiculadas. Por isso, não só as informações bem organizadas tornam a tese aceitável, mas também a utilização de operadores argumentativos adequados no momento em que estão sendo utilizados, pois se houver discordância, além da argumentação apresentar lacunas e não se tornar aceitável, o texto também poderá sofrer com a incoerência e a falta de coesão, o que poderá tirar o verdadeiro sentido do texto, ou pelo menos, a intenção do produtor.

Dentre os operadores argumentativos, destacamos, neste trabalho, as conjunções e o seu papel no processo de construção da argumentação. Como as conjunções fazem parte de uma classe gramatical extensa e complexa, optamos por trabalhar apenas com as conjunções coordenadas E e MAS e suas locuções, pois essas são consideradas por Macambira (2001) como essenciais, não podendo migrar de classe gramatical e também por estarem entre as mais utilizadas no processo de argumentação.

Neste trabalho, buscamos analisar, em redações de vestibular, que possuem caráter dissertativo-argumentativo, a ocorrência de conjunções que estivessem com seu sentido alterado, a fim de comprovar a hipótese inicial de que, ao alterar o sentido da conjunção utilizada, seria alterado, em consequência, o sentido da oração. Não foi isso que encontramos. Em alguns momentos, a compreensão do texto ficou, sim, comprometida, mas não impossível de captar a intenção do produtor. Nos outros casos, as conjunções utilizadas com sentido diferente do original não trouxeram maiores complicações ao texto, pois as intenções ficaram claras. Isso não significa que se possa levar como “via de regra” a alteração de conjunções sem comprometimento do sentido e do sentido da oração a que pertencem. Deve-se, sim, fazer uma boa análise do contexto em que será empregada

tal conjunção, para que ela não comprometa o sentido nem torne nula ou inválida a argumentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antonio Suárez de. **A arte de argumentar**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Argumentação, conceito e texto didático: uma relação possível**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. 2 ed. São Paulo: Atual Editora, 2002.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GARCIA, Othon. **Conversação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV, 1969.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.